**Jogo “Eu Presidente”**

**Orientações**:

Regiões no jogo: 4.

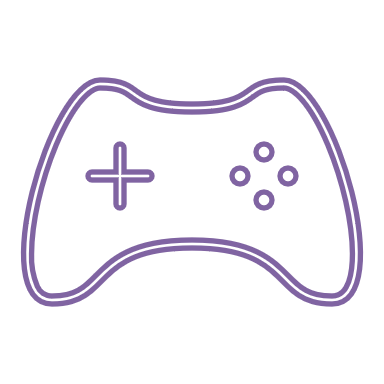
Locais por região: 4, quais sejam, mercado, escola, industria e prefeitura.

Na região mercado, ao acertar ou errar isso não acarretará no ganho ou perda de pontos.

Nas regiões escola e indústria: o erro significa perder um ponto e o acerto não muda nada.

Na região prefeitura: Erro perde um ponto, acerto ganha um ponto.

Incluir "você sabia" em alguns NPCs após a primeira região.



**Questões para o mercado (base: direito do consumidor)**

**1. Isabel, uma cliente do mercado, comprou uma máquina de lavar. Mas, após 3 meses de sua compra, a máquina parou de funcionar por um problema técnico em sua função elétrica, que não era evidente no momento da compra. Além disso, Isabel não contratou garantia no momento de comprar o produto e agora teme ter perdido esse dinheiro para sempre, restando-lhe apenas comprar uma nova máquina. Você, como Presidente, precisará orientá-la sobre o que fazer nessa situação. Como você aconselharia Isabel?**

A. Aconselha a pedir um empréstimo e comprar uma nova máquina de lavar, porque quem não compra com garantia não tem qualquer proteção de acordo com as nossas leis. Na próxima, ela deverá torcer para que não haja qualquer problema oculto no produto e contar um pouco mais com a sorte.

B. Aconselha a entrar em contato com o fornecedor do produto, em até 90 dias depois que descobriu o defeito, para que a empresa arrume o produto, uma vez que nossas leis protegem as pessoas que compram produtos que não imaginavam ser defeituosos, com base no Código de Defesa do Consumidor.

Gabarito resposta A:

Não foi dessa vez, Presidente! A alternativa está incorreta porque, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, aquele que compra produto com defeito oculto, como Isabel, ainda que sem garantia, terá até 90 dias caso o produto seja durável, como as máquinas de lavar, para solicitar que o fornecedor corrija o defeito do produto em até 30 dias, ou, não sendo possível corrigir, possa (**i**) substituir o produto por um novo, igual, em perfeitas condições de funcionamento, (**ii**) restituir o valor pago pelo consumidor **ou** (**iii**) retirar do valor pago a quantia correspondente ao defeito do produto, sendo que o consumidor deve escolher uma dessas opções.

Gabarito resposta B:

Isso mesmo, Presidente! De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, aquele que compra produto com defeito oculto, como Isabel, ainda que sem garantia, terá até 90 dias caso o produto seja durável, como as máquinas de lavar, para solicitar que o fornecedor corrija o defeito do produto em até 30 dias, ou, não sendo possível corrigir, possa (**i**) substituir o produto por um novo, igual, em perfeitas condições de funcionamento, (**ii**) restituir o valor pago pelo consumidor **ou** (**iii**) retirar do valor pago a quantia correspondente ao defeito do produto, sendo que o consumidor deve escolher uma dessas opções.

**2. Joana recebeu um folheto que informava que a Pet Shop do bairro estava fazendo uma grande promoção de diversos produtos. De acordo com o folheto, o arranhador para gatos que ela queria comprar passou de R$180,00 para R$ 90,00, e a promoção valeria para todos que fossem comprar diretamente na loja no mês de Julho. No último dia de Julho, Joana foi até a loja e indicou que queria comprar exatamente o arranhador que estava com desconto no folheto que havia recebido. Os vendedores, sem terem informado o público sobre a mudança, disseram que o Pet Shop tinha desistido da promoção e que o produto custava R$ 180,00, caso ela quisesse levar. Nessa situação, Joana aproveita sua visita ao mercado para perguntar se você, Presidente, saberia como ajudá-la a resolver esse problema. O que você falaria para Joana?**

A. Avisa que o Pet Shop não poderia ter retirado a oferta sem comunicar o público anteriormente, de modo que a oferta indicada no panfleto ainda estaria válida e, com isso, eles serão obrigados a cumprir exatamente o que foi indicado no folheto até alterarem e divulgarem que a promoção já não existe.

B. Avisa que o Pet Shop tem razão em não ter informado sobre a mudança, pois, como dono do estabelecimento, eles podem fazer o que quiserem com seus produtos em qualquer situação.

Gabarito resposta A:

Acertou, Presidente! Assim como aconselhou, o Código de Defesa do Consumidor determina que toda informação ou publicidade sobre produtos ou serviços oferecidos, como a do folheto, divulgada por qualquer forma ou meio de comunicação, obriga o fornecedor daquele produto ou serviço a cumprir o que estiver descrito nela. Ou seja, o Pet Shop, ao falar que faria uma promoção envolvendo determinados produtos, fica obrigado a fazê-la ou, com antecedência, divulgar que a promoção não acontecerá mais. Com seu conselho, Joana voltou na loja no mesmo dia em que falou com você, com o folheto em que constava a promoção e o Código de Defesa do Consumidor, e fez com que o Pet Shop cumprisse a promoção que tinham feito, vendendo o arranhador de gatos que ela tanto queria com o desconto informado.

Gabarito resposta B:

Não foi dessa vez, Presidente! O fornecedor de produtos e serviços também tem que respeitar o disposto na legislação. Isso porque o Código de Defesa do Consumidor determina que toda informação ou publicidade sobre produtos ou serviços oferecidos, como a do folheto, divulgada por qualquer forma ou meio de comunicação, obriga o fornecedor daquele produto ou serviço a cumprir o que estiver descrito nela. Ou seja, o Pet Shop, ao falar que faria uma promoção envolvendo determinados produtos, fica obrigado a fazê-la ou, com antecedência, divulgar que a promoção não acontecerá mais. Nesse caso, Joana tinha direito a comprar o arranhador de gatos com o desconto informado no folheto.

**3. Gilson está devendo a sua operadora de celular porque, por complicações financeiras, não conseguiu pagar a última fatura. Embora ele esteja tentando arranjar um emprego para conseguir pagar o que deve, recebe, com frequência, ligações de cobrança da operadora, que ameaça cortar o serviço de telefone e internet caso não efetue o pagamento nos próximos dias. Além de cobrar incessantemente o próprio Gilson, a operadora passou a ligar para seus familiares para expor a condição de devedor do Gilson. Diante disso, Gilson, constrangido pela conduta da operadora e por ter sua condição de devedor exposta a seus familiares, pergunta a você, Presidente, se tem algo que ele possa fazer para que a operadora pare de ligar para a família dele. Nessa situação, o que aconselha?**

A. Informa que, caso deseje, Gilson poderá ajuizar um processo contra a operadora para obrigá-la a parar de ligar para os familiares dele, assim como se compromete a não cometer qualquer ato que vá expor Gilson ao ridículo, nem o submeta a constrangimento ou a ameaça.

B. Informa que não há nada que possa ser feito além de lidar com as ligações da operadora e tentar pagar a dívida, pois a operadora tem total direito de utilizar de todos os meios possíveis para obrigar Gilson a pagar o valor devido, inclusive envolver seus familiares.

Gabarito resposta A:

Ótimo conselho, Presidente! Nesse caso, Gilson tem o direito de exigir que, na cobrança de seus débitos, não seja exposto ao ridículo, nem submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. Por isso, Gilson poderá alertar a operadora que o fato de ela ligar para seus familiares é motivo de grande constrangimento e, caso as ligações não cessem, poderá processar a operadora para obrigá-la a encerrar as ligações e qualquer outro tipo de constrangimento, sob pena de descumprir a determinação judicial e arcar até mesmo com multa por causa disso.

Gabarito resposta B:

Foi por pouco, Presidente! Na verdade, nesse caso, Gilson tem o direito de exigir que, na cobrança de seus débitos, ele não seja exposto ao ridículo, nem submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. Por isso, Gilson poderá alertar a operadora que o fato de ela ligar para seus familiares é motivo de grande constrangimento e, caso as ligações não cessem, poderá processar a operadora para obrigá-la a encerrar as ligações e qualquer outro tipo de constrangimento, sob pena de descumprir a determinação judicial e arcar até mesmo com detenção de três meses a um ano e multa por causa disso.

**4. Marcelo vai ao mercado e, ao comprar um iogurte que sempre costuma comprar, é informado que terá que levar obrigatoriamente outro produto junto, um açaí, pagando pelo preço dos dois. Indignado com essa situação, Marcelo aproveita que vê você, Presidente, entrando no mercado e pergunta se é mesmo obrigado a levar o segundo produto, uma vez que sequer gosta de açaí. Como Presidente, você responde:**

A. Que não tem jeito, Marcelo terá que levar o açaí se quiser tomar iogurte, já que foi uma regra imposta pelo fornecedor.

B. Que Marcelo poderá questionar a conduta do mercado e levar apenas um produto, já que o Código de Defesa do Consumidor veda a denominada “venda casada'', ou seja, que o fornecedor obrigue o consumidor a consumir produtos ou serviços alheios ao que ele deseja apenas para que o consumidor compre os dois.

Gabarito resposta A: Poxa, Presidente, mas tem jeito sim! Marcelo poderá se socorrer do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe aos fornecedores condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento ou consumo de outro bem ou serviço. Dessa forma, seria vedado, por lei, que o mercado obrigasse Marcelo a comprar o açaí, como condição necessária para a compra do iogurte.

Gabarito resposta B: Na mosca, Presidente! Marcelo poderá se socorrer no Código de Defesa do Consumidor, que proíbe aos fornecedores condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento ou consumo de outro bem ou serviço. Dessa forma, seria vedado, por lei, que o mercado fornecedor obrigasse Marcelo a comprar o açaí, como condição necessária para a compra do iogurte.

**5. Rodrigo comprou um pacote de pão de forma e, ao chegar em casa, percebeu que ele estava com mofo. No entanto, considerando que o Rodrigo já saiu da loja e não tinha visto esse defeito, ele questiona a você, Presidente, se ainda pode reclamar a respeito disso ao fornecedor do produto?**

A. Não, ele deveria ter visto o defeito na loja, pois, como diz o ditado popular, “camarão que dorme, a onda leva” e o Rodrigo não se atentou quando deveria ter percebido o mofo no pão.

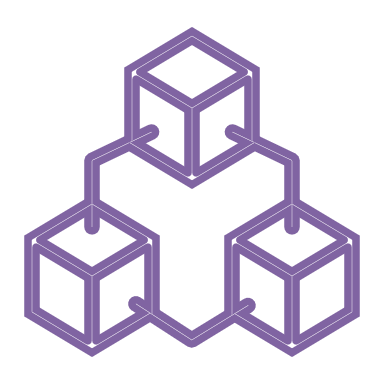
B. Sim, Rodrigo tem o direito de reclamar pelos defeitos aparentes ou de fácil constatação em até 30 dias se o produto não for durável, como alimentos e medicamentos, conforme determinado pelo Código de Defesa do Consumidor.

Gabarito resposta A:

Quase, Presidente! Na verdade, o Código de Defesa do Consumidor prevê que o consumidor tem sim o direito de reclamar sobre vícios de produtos aparentes ou de fácil constatação em até 30 dias se forem bens não duráveis, como são os alimentos e medicamentos, e em até 90 dias se forem bens duráveis, como eletrodomésticos, móveis, automóveis.

Gabarito resposta B:

Mandou bem, Presidente! Assim como você indicou, o Código de Defesa do Consumidor prevê que o consumidor tem o direito de reclamar sobre vícios de produtos aparentes ou de fácil constatação em até 30 dias se forem bens não duráveis, como são os alimentos e medicamentos, e em até 90 dias se forem bens duráveis, como eletrodomésticos, móveis, automóveis.



**Questões de escola (base: direito à educação)**

**1. Matheus tem uma filha, Maria Fernanda, e gostaria de matriculá-la na escola perto de sua casa, na zona sul de São Paulo. Ao chegar na escola, Matheus é informado que não há vaga naquela unidade e que Maria Fernanda terá que estudar em uma creche na zona oeste de São Paulo, que fica a 2 horas da casa de Matheus. Diante dessa situação, Matheus questiona se tem algo que possa fazer para resolver essa situação. Como resposta, você, como Presidente, informa que:**

A. Não é possível fazer nada, porque é necessário respeitar o limite das escolas e, por isso, Rodrigo não poderá matricular sua filha perto de casa.

B. É direito do cidadão que tenha vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 anos de idade. Por isso, Rodrigo poderá se valer de seu direito para matricular sua filha na escola mais próxima de casa, na zona sul de São Paulo.

Gabarito resposta A:

A resposta está errada, Presidente! A Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que é dever do Estado garantir vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. Rodrigo, portanto, poderá matricular sua filha na escola mais próxima de casa, na zona sul de São Paulo, conforme garantido por lei.

Gabarito resposta B:

A resposta está correta, Presidente! A Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que é dever do Estado garantir vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. Rodrigo, portanto, poderá matricular sua filha na escola mais próxima de casa, na zona sul de São Paulo, conforme garantido por lei. Lembrando que isso é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, ou seja, do Prefeito!

**2. João Marcelo tem um filho de 10 anos e não encontra vaga em qualquer escola para matricular seu filho. Buscando seus direitos, João Marcelo questiona se precisará matricular seu filho em uma escola particular para que ele possa estudar. Nessa situação, você, como Presidente, orienta:**

A. Que ele processe o Estado para reivindicar seu direito, uma vez que é previsto constitucionalmente o dever de o Estado garantir educação básica obrigatória e gratuita para as crianças de 10 anos.

B. Que ele comece a juntar o dinheiro para matricular seu filho na escola particular, ou que faça um empréstimo, porque não tem como o Estado criar novas vagas.

**Gabarito resposta A:**

Acertou, Presidente! A Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo, assim, o filho de João Marcelo, que tem 10 anos.

**Gabarito resposta B:**

Não foi dessa vez, Presidente! A Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo, assim, o filho de João Marcelo, que tem 10 anos.

**3. Juliana tem um ótimo desempenho escolar e sonha em estudar em uma faculdade pública, mas não sabe por quais meios pode ingressar em uma universidade federal. Sua amiga, Sabrina, sabendo da dúvida de Juliana, procura você para perguntar quais opções Juliana têm. Como Presidente, você responde:**

A. Juliana terá que verificar todas as faculdades federais em que quer prestar vestibular e precisará ir para cada um dos Estados para fazer as respectivas provas.

B. Juliana poderá fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e que permite que sua nota seja utilizada no Sistema de Seleção Unificado (SISU) para ingresso nas universidades federais e estaduais de ensino superior.

Gabarito resposta A:

Presidente, o ingresso no ensino superior não funciona mais assim! Desde 2010, quando o governo federal criou o Sistema de Seleção Unificado para selecionar estudantes para instituições federais e estaduais de Ensino Superior, essa seleção acontece duas vezes ao ano, no primeiro ou no segundo semestres, é por meio da inscrição das notas que tirou no ENEM no sistema do SISU que a Juliana poderá ingressar na faculdade federal.

Gabarito resposta B:

Presidente, foi um ótimo conselho! Desde 2010, quando o governo federal criou o Sistema de Seleção Unificado para selecionar estudantes para instituições federais e estaduais de Ensino Superior, essa seleção acontece duas vezes ao ano, no primeiro ou no segundo semestres, é por meio da inscrição das notas que tirou no ENEM no sistema do SISU que a Juliana poderá ingressar na faculdade federal.

**4. Victor, sempre muito esperto, dizia que se o professor atrasasse mais de 15 minutos para chegar na sala de aula, os alunos poderiam ir embora da classe sem terem a falta contabilizada. Rogéria, ao te ver entrando na escola, aproveita que você é Presidente para tirar essa dúvida sobre a tolerância de 15 minutos. Diante de tal questionamento, como você responde?**

A. Explica que há mesmo tolerância de 15 minutos, estabelecida por lei, para que os alunos possam se levantar e ir embora caso o professor não apareça nesse intervalo de tempo.

B. Explica que isso é mito, e que não existe base legal para que os alunos abandonem a sala de aula após 15 minutos de atraso do professor.

Gabarito resposta A:

Poxa, Presidente, você também caiu nessa lenda urbana! Na verdade, não há qualquer previsão estabelecida por lei que seja válida para permitir que os alunos abandonem a sala de aula após qualquer tempo de atraso pelo professor.

Gabarito resposta B:

Acertou, Presidente! Na atual legislação, não há nenhuma previsão legal que seja válida para permitir que os alunos abandonem a sala de aula após qualquer tempo de atraso pelo professor.

**5. Josias, um candidato a vereador local que integra o seu partido, foi um dos vereadores menos votados na última eleição (teve apenas 150 votos), mas foi o segundo mais votado do seu partido, logo atrás de um cantor sertanejo super popular (que foi o candidato mais votado com milhões de votos) e então foi eleito. Outros candidatos tiveram mais votos que ele, mas não foram eleitos. A população local está um pouco confusa e aproveita a sua visita para perguntar se isso está certo. Como você explicaria?**

A. Isso deve ser fraude eleitoral! Vamos fazer uma manifestação para que seja feita uma nova apuração!

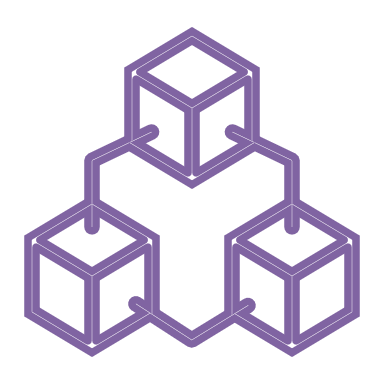
B. Isso está correto, o que aconteceu foi devido ao Quociente Eleitoral, pois temos um sistema proporcional de votação,

Gabarito resposta A:

Presidente, a resposta está equivocada. Os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional com lista aberta. Nesse sistema, a votação de cada candidato é influenciada pela soma de votos de todos os candidatos do mesmo partido e ainda pelos os votos de legenda (aquele em que o eleitor digita na urna apenas os dois números que identificam o partido, não manifestando vontade por um candidato específico). Basicamente, os votos que “sobram” dos candidatos mais votados ajudam a eleger outros do mesmo partido. E os ocupantes das cadeiras conquistadas por cada partido serão os candidatos mais votados de cada partido.

Gabarito resposta B:

Presidente, você está certíssimo! Os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional com lista aberta. Nesse sistema, a votação de cada candidato é influenciada pela soma de votos de todos os candidatos do mesmo partido e ainda pelos os votos de legenda (aquele em que o eleitor digita na urna apenas os dois números que identificam o partido, não manifestando vontade por um candidato específico). Basicamente, os votos que “sobram” dos candidatos mais votados ajudam a eleger outros do mesmo partido. E os ocupantes das cadeiras conquistadas por cada partido serão os candidatos mais votados de cada partido.



**Questões da indústria (base: conceitos de comércio, economia)**

**1. Larissa estava lendo o jornal e se deparou com a seguinte frase: "PIB do Brasil cresce 1% no primeiro trimestre de 2022”. Diante disso, Larissa, estudante do ensino médio, sem saber o significado de PIB, não conseguiu entender a notícia. Nesse contexto, aproveitando que você estava chegando, ficou de prontidão para te encontrar na porta da indústria. Diante disso, Presidente, como você explicaria para Larissa o que significa o PIB?**

A. Explica que o PIB é o Produto Internacional Brasileiro, isto é, o valor de todos os produtos que o Brasil produz e envia para o exterior no decorrer de um ano.

B. Explica que o PIB é o Produto Interno Bruto, isto é, a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano.

Gabarito resposta A:

Acho que você se confundiu, Presidente! O PIB significa produto interno bruto e, por mais que possa ser calculado com base em referências distintas, representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região e em um determinado tempo.

Gabarito resposta B:

Mandou bem, Presidente! O PIB significa produto interno bruto e, por mais que possa ser calculado com base em referências distintas, representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região e em um determinado tempo. Todos os países calculam o seu **PIB** nas suas respectivas moedas. O **PIB** do Brasil em 2021, por exemplo, foi de R$ 8,7 trilhões.

**2. Telma tem uma empresa de perfumes desde 2010. No entanto, devido à pandemia, diversas de suas lojas físicas foram fechadas e as pessoas não compram seus perfumes. Com isso, em agosto de 2021, a empresa estava passando por muitas dificuldades financeiras e precisava se recuperar. Nesse contexto, Telma não gostaria de ingressar com um pedido de recuperação judicial, mas apenas negociar com alguns dos fornecedores para os quais mais devia, de modo que a empresa não quebrasse. Nessa situação, como Presidente, o que você sugeriria para Telma?**

A. Avisaria que não há jeito de resolver a crise da empresa fora do campo judicial, porque apenas o juízo saberia dizer se o credor deverá ser pago primeiro.

B. Avisaria que há jeito de negociar as dívidas específicas com as empresas credoras que ela desejar, caso elas assinem o plano de recuperação extrajudicial que será elaborado pela empresa da Telma, apenas em relação aos credores que ela tiver vontade, para que as dívidas tidas em relação a essas empresas sejam pagas e encerradas.

Gabarito resposta A:

Quase lá, Presidente! Na verdade, existe uma lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Nesse contexto, o legislador fez a previsão de que as dívidas poderiam ser negociadas extrajudicialmente, ou seja, independentemente de processo judicial, por intermédio da proposta de plano de recuperação da empresa devedora, na qual prevê novas formas de pagamento aos credores selecionados, para que possa ter condições melhores para pagar suas dívidas sem falir, desde que os credores envolvidos aceitem a proposta.

Gabarito resposta A:

Acertou, Presidente! A lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Nesse contexto, o legislador fez a previsão de que as dívidas poderiam ser negociadas extrajudicialmente, ou seja, independentemente de processo judicial, por intermédio da proposta de plano de recuperação da empresa devedora, na qual prevê novas formas de pagamento aos credores selecionados, para que possa ter condições melhores para pagar suas dívidas sem falir, desde que os credores envolvidos aceitem a proposta.

**3. Isabel estava indo de carro para o trabalho e, ao se distrair, não reparou em um grande buraco no meio da via. Ao passar pelo buraco, seu pneu furou e, por isso, se atrasou para uma reunião importante do trabalho. Indignada com a condição de pavimentação da rua, Isabel questiona a você, Presidente, quem poderá se responsabilizar pelo ocorrido. Nessa situação, você responde:**

A. Que Isabel pode entrar em contato com a prefeitura municipal para requerer a correção da pavimentação da via pública que está com o buraco e furou seu pneu. Além disso, poderá processar a prefeitura municipal para responder pelos danos causados no carro pela má pavimentação das ruas, conforme evidenciado pelo buraco que furou seu pneu.

B. Isabel deverá entrar em contato com a União para requerer a correção da pavimentação da via pública que está com o buraco e furou seu pneu. No entanto, Isabel não poderá processar qualquer ente do Estado, pois é obrigação dela andar com mais atenção na rua, evitando esse tipo de problema no caminho.

Gabarito resposta A:

Resposta certa, Presidente! Isabel poderá entrar em contato com a prefeitura municipal para correção da pavimentação da rua, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, é dever da prefeitura municipal prover uma pavimentação de qualidade para as vias urbanas, realizar a manutenção delas, fazer a drenagem para a água da chuva e a sinalização das ruas. Caso a prefeitura municipal não cumpra com seu dever, Isabel poderá requerer, perante o Poder Judiciário, que ela seja obrigada a corrigir a via e arque com os danos ocorridos no carro dela.

Gabarito resposta B:

Resposta errada, Presidente! Na verdade, o ente responsável pela pavimentação da via pública são as prefeituras municipais, e não a União, conforme determinado pela Constituição Federal. Além disso, caso a prefeitura municipal não cumpra com seu dever, Isabel poderá requerer, perante o Poder Judiciário, que ela seja obrigada a corrigir a via e arque com os danos ocorridos no carro dela.

**4. Carolina não trabalha, mas gostaria de contribuir para a Previdência Social para que o tempo mínimo para que possa se aposentar comece a contar. No entanto, Carolina não sabe se pode contribuir voluntariamente para a Previdência sem trabalhar. Ao te ver entrando, ela pergunta se poderia prosseguir com seu plano de antecipar os pagamentos que os anos antes de ter um trabalho formal sejam contados. Nessa situação, na condição de Presidente, você responde:**

A. Que não seria possível, pois apenas os trabalhadores com carteira assinada podem contribuir para a Previdência Social e, após cumpridos todos os requisitos, se aposentar.

B. Que seria possível, pois, desde que você não trabalhe, poderá contribuir facultativamente (ou seja, de forma voluntária) para a Previdência Social, desde que se inscreva e pague as contribuições mensalmente.

Gabarito resposta A:

Quase lá, Presidente! Na verdade, a Previdência Social, regime utilizado para tratar da aposentadoria dos cidadãos brasileiros, também permite que todos aqueles que tenham mais de 14 anos de idade e não se encaixam nas categorias de segurados obrigatórias, as quais estão elencadas na Lei que dispõe sobre os “Planos de Benefícios da Previdência Social”, possam contribuir para a previdência social mensalmente de modo facultativo, ou seja, voluntário, e, com isso, aposentar-se futuramente.

Gabarito resposta B:

Ótima resposta, Presidente! Isso porque, a Previdência Social, regime utilizado para tratar da aposentadoria dos cidadãos brasileiros, também permite que todos aqueles que tenham mais de 14 anos de idade e não se encaixam nas categorias de segurados obrigatórias, as quais estão elencadas na Lei que dispõe sobre os “Planos de Benefícios da Previdência Social”, possam contribuir para a previdência social mensalmente de modo facultativo, ou seja, voluntário, e, com isso, aposentar-se futuramente.

**5. Sergio tem uma empresa de fornecimento de algodão e, em conjunto com as demais empresas que cuidam do mesmo tema, pretende selar um acordo para controlar o mercado do algodão, de modo que os preços sejam ajustados entre essas empresas para eliminar a concorrência. Ao te ver entrando na indústria, Sergio aproveita a sua presença para questionar se essa prática seria possível. Você, na condição de Presidente, responde que:**

A. Sergio não poderia seguir com seu plano, pois a prática narrada configura crime contra a ordem econômica, denominado *formação de* *cartel.*

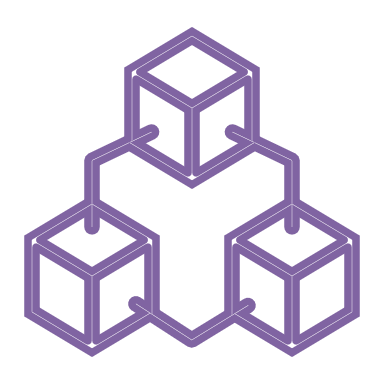
B. Sergio poderia seguir com seu plano, pois a prática narrada é válida no mundo do direito para que o mercado seja mais controlado.

Gabarito resposta A:

Você está certo, Presidente! A prática de cartel é proibida no Brasil, pois se trata de situação em que há o abuso do poder econômico de um determinado grupo de empresas que, em conjunto, objetivam dominar determinado nicho de mercado, com total controle sobre os preços e as quantidades vendidas daquele produto. Por isso, não seria indicado que Sergio siga com seu plano.

Gabarito resposta B:

Poxa, Presidente, sua resposta está equivocada. A prática de cartel é proibida no Brasil, pois se trata de situação em que há o abuso do poder econômico de um determinado grupo de empresas que, em conjunto, objetivam dominar determinado nicho de mercado, com total controle sobre os preços e as quantidades vendidas daquele produto. Por isso, não seria indicado que Sergio siga com seu plano.



**Questões de ética para a Prefeitura (base: improbidade administrativa, crime penal etc.)**

**1. A empresa Nova Limpex, uma empresa muito importante para o País, está concorrendo no procedimento de licitação para ser escolhida como a nova empresa responsável por realizar a coleta de lixo do município de Arapiraca – AL, no entanto, entra em contato e fornece dinheiro ao servidor público responsável por coordenar o procedimento de licitação para que ele influencie internamente e faça com que a empresa Nova Limpex ganhe a licitação, mesmo cobrando um preço maior para realizar o serviço que as demais empresas concorrentes. Nesse contexto, ao ser informado dessa situação pela Administração Pública, você é convidado a orientar sobre o que deve acontecer em seguida:**

A. Orienta a manter as coisas como estão desde que não se torne um escândalo e pede para que, caso alguém pergunte se você sabe a respeito, seja falado que essa história não lhe foi reportada, tendo em vista que é uma empresa muito importante para o País.

B. Orienta que o caso seja reportado ao Ministério Público para que, de acordo com o previsto na Lei de Licitações, o procedimento de licitação seja anulado e a empresa e o funcionário deverão ser responsabilizados pelas consequências que lhe cabem.

Gabarito resposta A:

Epa, corrupção não pode, Presidente! Nesse caso, é necessário que o contrato administrativo de licitação seja anulado, para que tal conduta de corrupção não seja incentivada, assim como o servidor público que aceitou suborno e permitiu a violação do caráter competitivo da licitação, que sempre deve envolver diversas empresas a serem escolhidas de acordo com os critérios estabelecidos em lei, poderá sofrer pena de reclusão de 4 anos a 8 anos, além de multa.

Gabarito resposta B:

Ótima orientação, Presidente! Conforme orientou, nesse caso, é necessário que o contrato administrativo de licitação seja anulado, para que tal conduta de corrupção não seja incentivada, assim como o servidor público que aceitou suborno e permitiu a violação do caráter competitivo da licitação, que sempre deve envolver diversas empresas a serem escolhidas de acordo com os critérios estabelecidos em lei, poderá sofrer pena de reclusão de 4 anos a 8 anos, além de multa.

**2. Sofia e Felipe coordenam o jogo do bicho, mas, por ser uma atividade ilegal, têm como objetivo fazer com que essa atividade seja legalizada no Brasil. Para tanto, contrata os serviços de Rafael para que ele vá até o Congresso Nacional e, por meio do pagamento de alguns membros do Poder Legislativo, responsável por representar a população na elaboração de novas leis, faça com que seja discutido um projeto de lei (PL) para legalização do jogo do bicho. Na condição de Presidente, ao ser informado dessa situação, você sugere:**

A. Que não há nada de ilegal em tal conduta, já que a discussão do projeto de lei não é garantia de que o projeto de lei se tornará lei e efetivamente tornará o jogo do bicho uma atividade legalizada. Por isso, não há qualquer crime para responsabilizar os envolvidos.

B. Que o ato praticado por Sofia, Felipe e Rafael configura ato de corrupção ativa, que consiste no ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato, enquanto a conduta dos congressistas que aceitaram o dinheiro seria classificada como corrupção passiva.

Gabarito resposta A:

Não foi dessa vez, Presidente! A conduta dos congressistas que aceitaram suborno, assim como a conduta da Sofia, Felipe e Rafael que participaram do suborno, devem ser classificadas como crimes de corrupção passiva e ativa, respectivamente, previstos pelo Código Penal e passíveis de condenação por reclusão de 2 a 12 anos, bem como multa.

Gabarito resposta B:

Boa resposta, Presidente! A conduta dos congressistas que aceitaram suborno, assim como a conduta da Sofia, Felipe e Rafael que participaram do suborno, devem ser classificadas como crimes de corrupção passiva e ativa, respectivamente, previstos pelo Código Penal e passíveis de condenação por reclusão de 2 a 12 anos, bem como multa.

**3. Reinaldo invade um shopping no Rio de Janeiro e ameaça explodi-lo com uma bomba que implantou em um lugar secreto do shopping, colocando diversas pessoas em perigo. No entanto, chega ao conhecimento da polícia que a bomba foi implantada por Reinaldo. Assim, a polícia consegue prender Reinaldo e, como ele não confessa em que lugar está a bomba, que pode explodir a qualquer momento, a polícia tem a ideia de torturá-lo para fazê-lo falar e, aproveitando que você está de passagem, questiona a você como poderiam prosseguir. Na condição de Presidente, você responde:**

A. Como a tortura seria uma prática para impedir a explosao da bomba, seria aceitável torturar Reinaldo para garantir que ele falasse o lugar da bomba antes que um mal maior acontecesse.

B. A tortura não é aceitável em qualquer circunstância, conforme determinado pela Constituição Federal, que estipula que ninguém será submetido a tortura, nem tratamento desumano ou degradante.

Gabarito resposta A:

Resposta errada, Presidente. A Constituição Federal, responsável por reger as demais leis do país, é expressa ao impor que a lei considerará o crime de tortura inafiançável e insuscetíveis de graça ou anistia pela justiça, além de determinar que ninguém será submetido a tortura nem tratamento desumano ou degradante, sem qualquer exceção.

Gabarito resposta B:

Resposta correta, Presidente! A Constituição Federal, responsável por reger as demais leis do país, é expressa ao impor que a lei considerará o crime de tortura inafiançável e insuscetíveis de graça ou anistia pela justiça, além de determinar que ninguém será submetido a tortura nem tratamento desumano ou degradante, sem qualquer exceção.

**4. Bruna é repórter no jornal e faz exatamente o mesmo trabalho do que Carlos, mas recebe cerca de 20% a menos do que ele, apesar de ter as mesmas qualificações acadêmicas e experiência profissional prévia. Nessas circunstâncias, ela aproveita sua visita para questionar o que pode fazer nessa situação. Ao ser questionado, você responde:**

A. Bruna deve ganhar menos , afinal, ela tem a possibilidade de ficar grávida e, com isso, ficar afastada do trabalho durante alguns meses. Por isso, o salário menor seria para compensar o tempo afastada.

B. Bruna tem o direito constitucionalmente garantido de ser tratada em condição de igualdade em relação a todas as pessoas com quem trabalha, de modo que ela ganhar 20% a menos de salário do Carlos, para exercer a mesma função, é inadmissível perante a lei brasileira.

Gabarito resposta A:

A resposta está errada, Presidente! Não há qualquer justificativa plausível para suportar a ideia de desigualdade salarial entre homens e mulheres, uma vez que a Constituição Federal é expressa ao estabelecer que todos são iguais perante a lei, inclusive diante da Lei de Consolidação do Trabalho, devendo ser garantida a igualdade.

Gabarito resposta B:

Você está correto, Presidente! Não há qualquer justificativa plausível para suportar a ideia de desigualdade salarial entre homens e mulheres, uma vez que a Constituição Federal é expressa ao estabelecer que todos são iguais perante a lei, inclusive diante da Lei de Consolidação do Trabalho, devendo ser garantida a igualdade.

**5. Gertrudes estava dirigindo em uma estrada no período da manhã e, ao ouvir um pedido de socorro na estrada, não parou para pedir socorro de autoridade pública ou prestar assistência à pessoa que estava ferida. Essa situação seria narrada no jornal e, como Presidente, pediram para que você os ensinasse se existiria qualquer consequência legal nesse caso. Nessa posição, você:**

A. Orienta que não há nada demais, já que não foi Gertrudes a responsável por ferir a pessoa que pediu ajuda na estrada, de sorte que não seria sua obrigação parar para ajudá-la.

B. Informa que a conduta de Gertrudes configura crime de omissão de socorro e pode resultar em detenção, previsto pelo Código Penal, motivo pelo qual Gertrudes poderá ser criminalmente responsabilizada, após passar pela devida investigação e processo penal.

Gabarito resposta A:

Resposta errada, Presidente! Embora sua resposta tenha certa lógica, o Código Penal é expresso ao determinar que deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública, resulta em pena de detenção ou multa, de modo que Gertrudes poderá responder criminalmente, caso condenada.

Gabarito resposta B:

Resposta certa, Presidente! O Código Penal é expresso ao determinar que deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública, resulta em pena de detenção ou multa, de modo que Gertrudes poderá responder criminalmente, caso condenada.

**Falas NPCs (Você sabia)**:

**1** - Você sabia que o papel do Poder Executivo consiste em executar as leis, propõem planos de ação e administram os interesses públicos. Este poder é composto pelo Presidente da República e os ministros por ele indicados; Governadores dos Estados e os Prefeitos das cidades?

**2** - Você sabia que o papel do Poder Legislativo consiste em elaborar e criar as leis, além de fiscalizar a execução das mesmas pelo Executivo. Composto por Deputados federais, estaduais, senadores e vereadores?

**3** - Você sabia que o papel do Poder Judiciário consiste em interpretar as leis e julgar os casos, de acordo com as regras constitucionais. Juízes, ministros e desembargadores compõem este poder.

**4** - Você sabia que a sigla PEC significa Proposta de Emenda Constitucional? As PECs têm como objetivo modificar algumas partes do texto constitucional sem precisar convocar uma assembleia constituinte para escrever uma nova Constituição Federal.

**5** - Você sabia que o Congresso Nacional é a sede do poder legislativo em âmbito federal e é um órgão bicameral (duas Câmaras ou Casas Legislativas), sendo composto pela Câmara dos Deputados, com 513 parlamentares em mandatos de quatro anos, e pelo Senado Federal, com 81 representantes em mandatos de oito anos.

**6 -** Você sabia que as Cláusulas Pétreas são quatro normas existentes na Constituição Federal que não podem ser alteradas? São elas: a forma federativa do Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

**7** - Você sabia que o Brasil segue o sistema de Separação dos Poderes (também denominado de “A teoria dos freios e contrapesos”)? De acordo com esse sistema, previsto no artigo 2º da Constituição Federal, o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário são harmônicos e independentes entre si, tendo mecanismos de controle para manterem o equilíbrio entre si.

**8** - Você sabia que o Vereador é a pessoa responsável por, dentro do Poder Legislativo, elaborar, discutir e aprovar as matérias de leis que serão aplicadas especificamente no município, como o tema do saneamento ou da educação municipal. O cargo de vereador é para representação da população, cujo mandato dura 4 anos e é realizado por meio do voto direto em todo o País.

**9** - Você sabia que existe diferença entre o Governador e o Prefeito? O Governador é o representante do Poder Executivo pelo Estado que o elegeu. Aqui no Brasil, temos 27 governadores, correspondentes aos 26 Estados e ao Distrito Federal! Já o Prefeito, é o representante político do Poder Executivo pela cidade que o elegeu. O mandato de ambos os cargos dura 04 anos e é feito por meio da votação direta.

10 - Você sabia que votar não anula a eleição, nem favorece qualquer candidato em específico? O voto branco ou nulo consiste em formas utilizadas pelo eleitor para anular o voto, mas apenas os votos válidos, ou seja, em algum candidato ou partido, é que são contabilizados para eleição.

**GAME OVER: Ao perder todas suas vidas:**

O jogo acabou! Um pedido para seu impeachment foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora será julgado pelo Senado Federal! Poxa presidente, seus atos ilegais durante seu mandato fizeram com que várias investigações tenham ocorrido para apurar se você cometeu crimes de responsabilidade, previstos pela Lei dos Crimes de Responsabilidade, [Lei 1.079/50](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm) e pelo [Artigo 85](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_85_.asp) da Constituição Federal.

Como regra geral, o processo de admissão do pedido de impeachment fica à cargo da Câmara dos Deputados e seu julgamento pelo Senado Federal.